

**ACTA N.º 004/2007**

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS REALIZADA NO DIA  
VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E SETE**



Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e sete, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente este órgão, estando presentes, para além do Sr.º Presidente da Mesa, Manuel Piranga Faria, Luís Alberto Trindade da Silva, primeiro secretário, Nuno José Ferreira Lopes, segundo secretário, e os membros, Abel Resina de Sousa, Adriano Luís dos Reis Aguiar, António Antunes Canais, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, António Manuel Pedroso Leal, Diamantino Fazenda Bernardo, Evangelina Maria Leiria Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, Henrique Ferreira dos Reis, Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, João José Rodrigues Maia Serôdio, João dos Santos Abreu, José Cavalheiro Conde, José Gil Carreira Maia Serôdio, José Manuel Paulo Trincão Marques, Luís Gaspar Lopes, Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Manuel João Mota Cardoso, Maria Eduarda Martinho S. Santos, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Paulo Renato Ermitão Gregório, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva, Rita Alexandra Duarte Santos Morte, Rogério Manuel Antunes Rosa.---

Faltaram à sessão os seguintes membros: António Carolino Rodrigues, Carlos Manuel Simões Barata, José Duarte da Silva Vaz Teixeira, Marta José Guerra Pereira da Silva e Silvino Rino Rosa.-----

Estavam também presentes, os Srs. Vice Presidente e Vereadores Srs. Mário Mota, Carlos Tomé e Nuno Santos.-----

Foram solicitadas as seguintes substituições para esta sessão: nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual: Carlos Manuel Simões Barata, José Duarte Silva Vaz Teixeira e Marta Silva, por José António Magalhães Faria Rodrigues, Hélder Moita e Rui Alves Pereira, respectivamente. Nos termos do artigo 38.º da referida Lei, Silvino Rino Rosa, por João Maria Gomes da Silva, que se encontravam na sala e assumiram o seu lugar-----

### **CORRESPONDENCIA RECEBIDA**

Foi presente e distribuída a relação da correspondência recebida, ficando cópia da mesma anexa a esta acta. (anexo 1).-----

### **Período de Antes da Ordem do Dia**

Foram feitas as seguintes intervenções:

**António Leal** – Antes de iniciar a sua intervenção, fez uma curta referência ao aspecto da sala, que poderia outra disposição de cadeiras, favorecendo o diálogo mais directo. De seguida, saudou todos os presentes, incluindo a comunicação social e referiu o seguinte: Informou que na passada semana se tinha encontrado no restaurante do Nersant, com o Presidente do Clube de Judo, tendo o mesmo expressado que possivelmente aquela modalidade daqui a dois meses não teria condições para continuar e acrescentou que apesar do Sr. Presidente da Câmara não estar presente, gostaria que fosse lembrada uma promessa que a própria câmara fez à cerca de dez anos sobre a modalidade em questão, deixando aqui expressa a preocupação do dirigente e que também seja dado conhecimento da mesma ao Sr. Presidente da Câmara.

Referiu também a situação que se está a passar com a Escola Profissional, Escola essa que é já um marco com alguma importância e não é por acaso que é frequentado por Palops e portanto é um projecto continuado, merece ser defendido e preservado. A sua

preocupação deve-se ao facto de existir uma acção em tribunal que está a decorrer, relacionada com uma dívida que ascende a mais de cem mil contos à firma construtora do edifício onde se encontra instalada a escola. A sua preocupação é grande porque se for a entidade condenada a pagar, pode ocorrer uma penhora que terá graves consequências, por exemplo pode a escola perder o seu estatuto, ser até extinta, ou ter outras consequências e a câmara deve estar preocupada. Questionou, como a câmara está integrada, quais as alternativas que terá estudado, se acaso se vier a verificar este desfecho de condenação. É uma preocupação que deixa.-----

**José Trincão Marques** – Referiu o seguinte: “Depois das férias de verão teremos cumprido cerca de dois anos de mandato, ou seja, metade do mesmo. É por isso este, o momento propício para fazer um balanço e uma avaliação pelo trabalho desenvolvido por esta Assembleia neste período de tempo. Este tem sido inquestionavelmente um espaço de liberdade, democracia, de livre debate, e de confronto de ideias. Ao contrário do que alguns quiseram augurar, a estipulação dos tempos de intervenção para cada força política, nunca prejudicou, nem sequer beliscou a liberdade de intervenção de quem quer que seja imperando sempre o bom senso, a responsabilidade e o respeito pelas regras estabelecidas, bem como a tolerância para quem nalguns casos ultrapassou os tempos atribuídos. Esta medida regimental em vigor no nosso país, na maioria das Assembleias Municipais presididas pelos vários principais partidos, permitiu uma melhor dignificação e responsabilização desta Assembleia, contribuindo para eficácia e produtividade dos trabalhos, evitando discussões fúteis e divagações desnecessárias. Nenhum membro desta Assembleia poderá afirmar com honestidade que esta medida não foi positiva, sendo certo também que ninguém se poderá queixar de ter sido silenciado tendo algo de muito importante para dizer, sem lhe ter sido facultada a palavra seja em que circunstância fosse. Por outro lado as várias sessões têm sempre decorrido de forma viva, por vezes até com algum entusiasmo dos intervenientes, mas sempre em geral, com respeito por parte dos vários membros desta Assembleia. Penso que a qualidade do debate poderá ser melhorado se esta sala de sessões tivesse outras dimensões e configurações, permitindo a comunicação visual directa entre os vários membros da Assembleia. Esperamos que em breve possamos

ter essas melhores condições de trabalho no novo edifício dos Paços do Concelho. Outro aspecto importante que merece ser realçado tem sido a iniciativa de agendamento regular de assembleias municipais temáticas, uma dedicada ao tema da saúde no concelho de Torres Novas e a próxima dedicada ao programa Turrís XXI, cidade criativa. Seria importante realizar-se em breve uma sessão temática dedicada á área do ambiente que tem merecido nestes dois anos uma atenção cuidada por parte do município com várias iniciativas importantes em curso e outras em projecto. Também o Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia, Manuel Piranga, tem desempenhado o cargo de forma exemplar, conduzindo sempre os trabalhos com grande serenidade, competência e equilíbrio e respeito pelos membros que a constituem, contribuindo para o bom e regular funcionamento das reuniões. O confronto salutar de opiniões e as divergências políticas que aqui têm decorrido, sempre indispensáveis em qualquer regime democrático contribuíram decisivamente para os destinos da governação do concelho de Torres Novas. Quanto mais qualidade e consistência tiverem as intervenções ainda que contraditórias dos vários membros desta Assembleia, mais ganhará a democracia, mais ganhará o concelho de Torres Novas”-----

**António Gomes** – Referiu o seguinte: “em primeiro lugar gostaria de fazer o registo da recente visita do Senhor Primeiro a Torres Novas, mais propriamente à Escola Manuel Figueiredo, que é sempre bem vindo assim como são sempre bem-vindos os principais responsáveis dos vários partidos políticos, porque considero que isso acrescenta naturalmente algum valor ao concelho de Torres Novas. Mas gostaria de, em relação a isso deixar uma nota, relativamente ao secretismo em que esse evento aconteceu. Provavelmente, do ponto de vista do Senhor Primeiro Ministro ganhou com isso, mas do ponto de vista da democracia, não se acrescenta muito, antes pelo contrário, retira-se alguma coisa à democracia, pese embora provavelmente a má experiência de Abrantes,.

Gostaria de dizer também, que da parte da Câmara e da Assembleia Municipal, ficava bem uma maior transparência relativamente a algumas iniciativas que acontecem neste concelho, da responsabilidade da Câmara ou da própria Assembleia e doutras Instituições. Estou-me a referir concretamente como exemplo, à iniciativa penso que

positiva, levada a cabo pelo CRIT em conjunto com a Câmara e penso que Assembleia. Ganharíamos todos se de facto a Assembleia e outros intervenientes tivessem sido convidados e incentivados a participar numa iniciativa dessas. Acho que é por aí que o caminho se faz, ganhamos todos com isso.

Por último, gostaria de saber porque não chega ao conhecimento de todos os membros a vária correspondência recebida, há alguma que teria algum interesse, para além de recebermos a relação da mesma, fazer chegar aos membros essa mesma correspondência, nomeadamente, convites, alguém interessado em participar nesta ou noutra iniciativa, estarmos a par dessa situação e podermos participar.

Gostaria de referir ainda a intervenção do membro José Trincão Marques, que me parece que é pertinente, mas gostaria de realçar o seguinte: um dos infocos foi os tempos de intervenção, a mim parece-me o seguinte: eu acho que o bom desenrolar dos trabalhos, deve-se fundamentalmente à tolerância e à forma como têm sido dirigidos os trabalhos, pela mesa, e até pelo próprio Presidente e não ao próprio regimento aprovado, parece-me a mim e isso é que é de reter. Porque se tivéssemos de levar à letra o regimento, as coisas não correriam da melhor forma, como já foi verificado algumas vezes, para além também de aos vários intervenientes os tempos também imporem algum constrangimento, como também se percebe perfeitamente”-----.

**Ramiro Silva** – Colocou as seguintes questões:

1 - Na segunda reunião desta Assembleia realizada em 22-2-2006, foi proposta uma alteração ao seguinte texto do ponto doze da ordem de trabalhos: “*Apreciação e votação da alteração da área do terreno da Escola Profissional de Torres Novas, cedido em direito de superfície à Associação Torrejana de Ensino Profissional*” que foi aprovada com a seguinte votação: vinte e um votos a favor, oito votos contra e quatro abstenções. A este texto do referido ponto da ordem de trabalhos foi acrescentado o seguinte: “*bem como revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 07.10.02, referente à área inicialmente cedida de 3.705 m<sup>2</sup>*”. Ora o artigo 83.º do Dec-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, refere que as inclusões de assuntos na ordem do dia só podem acontecer nas sessões ou reuniões ordinárias, pelo menos dois terços do número legal reconhecerem a

urgência dos assuntos e verifica-se que tal não aconteceu. Apesar de já ter levantado esta questão numa reunião da Assembleia, não obtive resposta, volto a perguntar: o que é que a mesa da Assembleia pretende fazer para corrigir esta situação e gostava que houvesse uma resposta clara que ficasse em acta, porque da outra vez não foi respondido.

2 – Sobre o Centro Hospitalar do Médio Tejo: eu queria referir uma questão, que tem sido muito discutida na nossa Assembleia e que numa das últimas sessões também foi alvo de grande discussão. Prende-se com o celebre protocolo que era para ser assinado e não foi. Lembro-me que tem sido sempre dito ao longo destas discussões que tudo fica na mesma, agora verificamos que tudo não fica na mesma, porque eu tenho em meu poder, um documento do CHMT e da ARS que diz: plano de reorganização de serviços 2007/2009 e de facto não fica tudo na mesma. Chamava a atenção e questiono, em que é que ficamos: fica tudo na mesma ou não? Porque de facto o que aí vem são mudanças substanciais. Só dois exemplos: o primeiro tem a ver com as urgências e diz aqui: “prioridades até ao final de 2007, centralização da urgência cirúrgica em Abrantes”. Mas poderia dar outro exemplo em relação à cirurgia geral, que é uma questão também importante. Cirurgia geral: “prioridades até final de 2007 e aqui também é claro, só Abrantes vai ficar com internamento de urgência 24 horas e bloco operatório 24 horas. Em Torres Novas o bloco operatório só até às 22 horas e o encerramento de 19 camas entre Setembro a Dezembro. E em relação à cardiologia diz que a concentração da colocação dos pacemakers será no hospital de Santarém, o que quer dizer que isto mata a cardiologia no centro. Isto quer dizer que não vai ficar na mesma. Ainda em relação ao Protocolo propriamente dito, queria chamar a atenção para duas coisas: o protocolo que acabou por não vir a ser assinado e esperava que até fosse dada uma explicação sobre isso, porque foi falado nessa reunião e que o Sr. Presidente da Câmara se comprometeu no dia seguinte a enviar-nos uma cópia do mesmo que nunca mandou, agora a gente percebe porque é que não mandou. No protocolo vem quatro entidades para serem assinadas, onde consta o município de Abrantes. Depois Abrantes manifestou-se com aquela carta dizendo que não tinha sido ouvido e não assinava. A questão clara e objectiva é só uma: é que o protocolo não foi assinado e não obtivemos mais nenhuma explicação para o facto a partir desse momento. O que nós pensamos é que, um protocolo que está para ser assinado por três municípios e mais a ARS

e um dos municípios não foi ouvido, obviamente não o ia assinar. Mas o mais interessante é que, nós achamos que além duma explicação que devia ter havido e não houve, o que é lamentável, fomos chamados para uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara para nos dar conta dessa matéria, foi-nos dito que se enviava cópia do protocolo e não se enviou o protocolo, não é assinado e não se diz nada a ninguém, age-se como se nada se tivesse passado. O que nós pensamos e, como não há outra explicação, o que transparece para a opinião pública, é de que anda aqui uma guerra entre municípios e quem acaba por ser prejudicado no meio disto tudo, são as populações e os utentes. Os três municípios Torres Novas, Tomar e Abrantes representam mais ou menos 110 mil habitantes, quando, a COMURB são 240 mil e a área de influência do Centro Hospitalar ainda é mais, o que nós sugeríamos é que para evitar que continuem mais guerras entre os municípios que estão a atrasar o processo é que as negociações a haver com o Ministério da Saúde sejam feitas no âmbito da COMURB e mais, sugeríamos que os municípios de Ponte de Sor, Gavião e Vila de Rei que são concelhos interessados e da influência do CHMT, pudessem vir a ser chamados a participar.

3 – Dizer que pessoalmente não me revejo no balanço que foi feito há pouco pelo membro do PS, em relação ao funcionamento desta Assembleia Municipal, facto que não vou comentar, por falta de tempo.

4 – Agora um pouco de humor, tive uns dias de férias, merecidas aliás, e quando cheguei fui-me actualizar lendo a imprensa local, e para meu espanto, vejo que durante a minha ausência, a Câmara de Torres Novas quase se transformou na agência de viagens do PS. Foi viagens para a Roménia, Ponta Delgada, Vaticano e Milão, faz-me lembrar uma célebre entrevista ao jornal torrejano em 2001, das massagens tailandesas que nos iam pôr no mapa.-----

**Joaquim Alberto Godinho** – Depois de desejar as melhoras do Presidente da Junta de Pedrógão, Silvino Rosa, acrescentou o seguinte: Há cerca de dois meses foi feito um levantamento pelos funcionários da Câmara no sentido de taxar os pequenos e médios comerciantes, da publicidade existente, cujas taxas foram aprovadas em Assembleia que também aprovou. Agora pergunta: a invasão de milhares de anúncios que todos os dias são

colocados na caixa do correio, por pessoas de cá e de fora que usam aquele processo, isso é publicidade, questiona se não deveriam também pagar taxas. Para além de encherem por completo as caixas do correio, prejudicam a distribuição do correio e enchem também os contentores, pensa que não é a melhor maneira. Alguém devia travar esta situação.

Referiu ainda a situação desastrosa do congestionamento dos carros dos alunos da Escola de Polícia, estacionados durante a semana, por toda a cidade. Acrescentou que para evitar esses abusos só utilizando tacógrafos, mas poderia evitar-se, se a situação fosse resolvida pela escola autorizando grande parte do estacionamento dentro da área da mesma.-----

**Fernando Zuzarte Reis** – Disse o seguinte: “Queria deixar uma opinião no sentido de promover a facilidade e a rapidez de comunicação e o manuseamento de papéis no sentido de otimizar as tecnologias de informação para esta Assembleia no envio dos documentos que nos são dados em todas as sessões, que muitas vezes são vastos e requerem de um arquivo em papel e que poderiam ser substituídos e enviados por email. Falando por mim, facilitaria muito se tudo fosse transformado de forma digital e posteriormente cedido a quem quisesse por requerimento ou até no próprio site da Câmara, havendo até um espaço da Assembleia, exclusivamente para acesso aos membros da Assembleia, onde constasse convocatórias e tudo o resto. Deixo a sugestão.”-----

**Adriano Aguiar** – Disse por vezes evitar trazer problemas da freguesia de Ribeira Branca, mas de facto sente necessidade de lembrar algumas situações que existem para resolução na freguesia, nomeadamente o troço da estrada que vem do cruzamento da Zibreira, Barreira Alva para a Ribeira, triangulo que está mal sinalizado, os camiões até derrubam os próprios sinais. Já escreveu à Câmara sobre esta situação e também porque na mesma estrada existem curvas perigosa, de vez em quando há acidentes, despistam-se, vão contra a barreira mesmo com pouca velocidade. Há anos que pediu raids anti derrapante.

Referiu ainda outra situação que é o mau estado do açude nas pontes das Ribeiras, está na iminência de ruir, existindo um projecto que englobava a recuperação do açude, a junta já fez várias intervenções, mas até agora nada foi recuperado.-----

**António Gomes** – Lembrou que, como representante do BE, já há algum tempo fez alguns pedidos à Câmara, um deles tem a data de Fevereiro, lembrando que era importante dar resposta a estes pedidos porque daí depende muito a actividade autárquica dos intervenientes desta Assembleia e deste Concelho. Naturalmente que para além de ser uma questão legal, parece-lhe importante que seja dada atenção por parte dos responsáveis políticos da Câmara, às solicitações feitas.-----

**José Trincão Marques** – Fazendo referência à questão colocada pelo membro Ramiro Silva, referente à alteração do texto do ponto da ordem de trabalhos da deliberação da alteração da área da Escola Profissional feita por esta Assembleia, sugeria que a resposta a dar a essa questão, fosse dada fundamentadamente numa próxima reunião, eventualmente até com o parecer do jurista da Câmara.

Ainda sobre o Centro Hospitalar, o Sr. Vice responderá com rigor a estas preocupações, lembrando uma inversão que se deu no estado das coisas, que foi Abrantes que demonstrou alguns problemas e não foi motivado por Torres Novas que o protocolo não foi assinado. Abrantes ficaria com tudo mas se calhar não é bem assim.-----

**António Canais** – Solicitou informação sobre a ausência do Sr. Presidente da Câmara a esta Assembleia, uma vez que até agora ainda não foi justificada a sua ausência.

**Sr. Vice Presidente** – Iniciou a sua intervenção, respondendo às questões colocadas, nomeadamente: sobre a questão dos problemas na modalidade do judo apresentados pelo membro António Leal, lamenta se estão a passar por dificuldades, é uma modalidade que merece carinho, compromete-se a marcar uma reunião com o respectivo presidente, fazer o ponto da situação no sentido de encontrar alguma resolução. Quanto à obra da escola profissional e à questão do processo em tribunal, é uma situação em primeiro lugar do foro da administração da escola, embora todos saibam o peso que a câmara tem na Escola Profissional, quer no seu arranque, quer na sua supervisão e preocupação, o que acontece é que há uma disfunção entre facturas apresentadas, em que a administração da escola entende que não há razão para determinados débitos, até porque há

trabalhos não realizados. Nessa acção judicial há uma tentativa de acerto de contas e há um processo, os tribunais são para isso. Não há perigo no funcionamento da escola, a situação financeira é boa, aguarda-se só pela decisão dos tribunais.

Sobre a visita do Senhor Primeiro Ministro a Torres Novas, informou que a autarquia não teve nada a ver com a mesma e ainda sobre o evento levado a efeito pelo CRIT, nada teve a ver com a Câmara.

Justificou de seguida a falta do Sr. Presidente da Câmara, que se deve a motivos particulares. Sobre a situação do Centro Hospitalar, acrescentou que a posição do município de Abrantes relativo ao protocolo, tem mais a ver com as urgências hospitalares, e isso nada mudou, as referências que temos é que não há Protocolo assinado, mas mantém-se tudo na mesma em termos de urgências, é um alerta que se regista mas não há motivo de preocupação.

Por último, referiu que a viagem a Ponta Delgada foi para participar no congresso da ANMP e registou as restantes situações, como o excesso da publicidade, pedidos do Presidente de Junta de Ribeira Branca e informou que sobre o estacionamento na cidade, se está a preparar um caderno de encargos sobre o mesmo, que visa a sua regularização.-----

**Ramiro Silva** – Respondeu e acrescentou o seguinte: “em relação às questões do Centro Hospitalar do Médio Tejo, o Sr. Presidente da Câmara foi muito lesto em chamar aqui os representantes dos partidos, fazendo uma reunião sobre o protocolo do Centro Hospitalar e comemoração do 25 de Abril, depois é como se não se tivesse passado mais nada. É essa forma de tratamento que eu acho inadequada, se houve uma alteração, da mesma forma que nos chamaram e nos pediram a nossa opinião para avalizar o documento, também nos podiam ter chamado, para dizer que houve um problema, é uma questão de respeito mútuo.

Ainda em relação ao que se está a passar com o estacionamento dos alunos da escola de Polícia, não concordamos que por causa disso, os restantes munícipes sejam castigados a pagar estacionamento. Deve-se encontrar soluções para resolver o problema dentro da escola, há lá muito terreno, percebo que não queiram lá os carros, mas isso também se resolve.-----

**José Trincão Marques** – Fazendo uma curta referência à questão do estacionamento, disse parecer-lhe que por vezes os alunos não estão interessados em manter os carros dentro do espaço da escola, para não estarem sujeitos aos horários de entrada e saída, mas deve-se tentar encontrar alguma solução.-----

**António Leal** - Referiu que, primeiro cria-se a necessidade e depois vende-se o produto, não tarda que esta Assembleia venha a aprovar uma taxa de parquímetros, mas seria bom evitar isso, para não sobrecarregar mais os munícipes com impostos municipais.-

### **ORDEM DE TRABALHOS**

- 1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior.**
- 2 – Apreciação e votação das seguintes propostas da Câmara: 1.ª Revisão ao Orçamento, 1.ª Revisão ao PPI e 1.ª Revisão ao PAM.**
- 3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para repartição de encargos em mais de um ano económico, do concurso de fornecimento de refeições aos Jardins de Infância e Escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico do Concelho de Torres Novas.**
- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para afectação de uma parcela de terreno a servidão de passagem – parte do Talude da Via das Cotôas.**
- 5 – Apreciação e votação da proposta da Câmara, para desafectação do uso público de uma parcela de terreno, sita na Rua do Nogueiral.**
- 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para alterações de trânsito em Brogueira.**
- 7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, do projecto de Regulamento do Canil/Gatil Intermunicipal de Torres Novas.**
- 8 – Informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade municipal.-----**

**Deu-se de seguida início à ORDEM DE TRABALHOS:**

**PONTO UM****APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR.**

Foi presente e votada a acta da sessão extraordinária realizada a catorze de Maio do ano em curso, tendo a mesma sido aprovada com quatro abstenções, de membros que não estiveram presentes na referida sessão.-----

**PONTO DOIS****APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA  
CÂMARA: 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, 1.ª REVISÃO AO PPI E 1.ª  
REVISÃO AO PAM.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópias de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em vinte e nove de Maio do ano em curso. (Anexo 2).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

**António Canais** – Que justifica a abstenção do grupo da CDU, na votação do ponto em análise, devida pelo facto, da falta de rigor na elaboração dos documentos previsionais.-

**Fernando Zuzarte Reis** – Fez a seguinte análise:

“Na análise dos documentos disponibilizados a esta Assembleia para a apreciação e votação das propostas atrás referidas pode-se concluir que:

No quadro Modificações ao Orçamento da Despesa, estão aí incluídas as modificações propostas ao PAM e ao PPI, e pode-se constatar que se está a falar numa alteração à dotação anterior inicialmente orçamentada, na ordem dos 7%, sendo destes 7%, 44.6% referentes a Despesas Correntes e aos restantes 55.4% referentes a Despesas de Capital.

Assim e no Quadro das Modificações ao Orçamento da Despesa temos:

Ao nível da Rubrica 020225 Outros Serviços verifica-se uma alteração na ordem dos 4%, sendo o valor de 111 026,00€ parcialmente justificado na rubrica 2.4.6 Jardins no Quadro do PAM. Sendo o restante valor, 100.000,00€ uma alteração ao Orçamento Propriamente dito. Na Rubrica 03 Juros e Outros Encargos, na sua sub-rubrica 03010302 Empréstimos a M/L Prazo verifica-se uma dotação suplementar de 11% ( 49.600,00€ )conforme se constata no Mapa em análise.

Na Rubrica Aquisições de Capital 07, apenas se verifica uma dotação suplementar no total de 3.280,00€ representando 0.2%, todas elas inscritas e justificadas no PPI. Sendo este reforço a única alteração proposta ao Plano Plurianual de Investimentos.

Na Rubrica Transferências de Capital, e no que respeita à sub-rubrica Freguesias 08050102 verifica-se aqui um reforço de 19% representando um valor de 15.000,00€, inscrito no Mapa do PAM na sua rubrica 4.2 Comparticipação em obras/equipamentos a realizar pelas Juntas de Freguesia.

Na Rubrica Instituições sem Fins Lucrativos (0807), verifica-se um reforço de 3% no valor de 15.000,00€ dividindo-se em duas partes iguais repartidas como se pode verificar no Mapa do PAM, pelas rubricas 2.3.2. e 2.5.2. Todas respeitantes a Funções Sociais e mais precisamente para apoiar na aquisição de Viaturas.

Por último e na rubrica 10 Passivos Financeiros, verifica-se um reforço na sua rubrica 100603 na ordem dos 76% com um valor de 166.268,00€ plenamente verificados no quadro do PAM na sua rubrica 4.1. Encargos com amortizações de empréstimos obtidos.

Concluindo e da análise dos documentos que nos foram entregues, o executivo só está a afectar 63% do total das verbas disponíveis e utilizáveis em modificações ao Orçamento, conforme está previsto na legislação em vigor. E sendo estas verbas justificadas pelo executivo para fazer face à criação de novos projectos/acções bem como a rectificar algumas dotações verificadas insuficientes, o PS aprovará estas propostas de Revisão ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos bem como ao Plano de Actividades Municipais”-----

**Não tendo havido mais intervenções, deliberou esta Assembleia Municipal, aprovar com vinte e seis votos a favor e onze abstenções, as seguintes propostas da Câmara: 1.ª Revisão ao Orçamento, 1.ª Revisão ao PPI e 1.ª Revisão ao PAM.-----**

**PONTO TRÊS****APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA  
REPARTIÇÃO DE ENCARGOS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO, DO  
CONCURSO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS JARDINS DE  
INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO  
CONCELHO DE TORRES NOVAS.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em doze de Junho do ano em curso. (Anexo 3).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

**António Canais** – Questionou que, como consta da informação que as propostas seriam abertas no passado dia 20, se já há conhecimento do vencedor do concurso, tendo o Sr. Vice respondido, que o processo se encontra para análise do respectivo júri.-----

**Fernando Zuzarte Reis** – Declarou o seguinte:

“Como facilmente se depreende, o ano lectivo escolar de 2007/2008 não corresponde a um ano económico e contabilístico, daí vem a necessidade da repartição dos encargos em mais de um ano económico, respectivamente 2007 e 2008, do concurso de fornecimento de refeições aos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Torres Novas.

O PS vota favoravelmente a proposta da Câmara, para repartição dos encargos em mais de um ano económico, do concurso de fornecimento de refeições aos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Torres Novas”. -----

**António Leal** – Referiu que na deliberação da Câmara, consta o número de votos dos presentes na reunião, mas não refere os nomes, ficando sem se saber quem estava presente, sugerindo que fosse vista no futuro essa situação.-----

**António Canais** – Também se manifestou do mesmo modo, tendo até vindo aos serviços e consultado toda a acta, para saber quem estava presente. Entende que seria uma boa sugestão para aplicar no futuro.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal por unanimidade e com base na proposta da Câmara o seguinte: concordar com a repartição de encargos decorrente do concurso de “Fornecimento de Refeições aos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Torres Novas”, que se repercute nos anos económicos de 2007 e 2008.-----

#### **PONTO QUATRO**

##### **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA AFECTAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO A SERVIDÃO DE PASSAGEM – PARTE DO TALUDE DA VIA DAS COTÔAS.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em vinte e nove de Maio do ano em curso. (Anexo 4).-----

**António Canais** – Estranhou o facto e por ter analisado todo o processo da proposta acima referida, nos serviços, de constar no mesmo, um parecer do jurista Ilídio Lacerda, por estar convencido que a Câmara teria prescindido de tal elemento.

O **Sr. Vice Presidente**, respondeu negativamente e que o presente parecer foi uma situação pontual. António Canais, acrescentou que o seu grupo irá votar a favor.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal por unanimidade, concordar com a afectação de uma parcela de terreno a servidão de passagem – parte do talude da Via das Cotoas.-----

#### **PONTO CINCO**

##### **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA DESAFECTAÇÃO DO USO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA RUA DO NOGUEIRAL.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a doze de Junho do ano em curso. (Anexo 5).-----

**António Canais** – Referiu ter analisado com alguma atenção a proposta em análise, nos serviços, mas numa informação dizia-se que o processo seria remetido para a Comissão

Municipal de Avaliação, tendo em vista o valor da área da referida parcela, questiona se o mesmo já foi feito, tendo o Sr. Vice Presidente respondido afirmativamente.-----

**António Gomes** – Considerou que esta proposta de alteração ao projecto merecia uma justificação por parte da Câmara. Neste caso concreto, os interesses públicos não estão devidamente acautelados porque não lhe parece que Torres Novas necessite da construção daquele espaço comercial. É uma área sobejamente dotada de espaços comerciais só vai prejudicar o que existe, saindo fora da estética normal do edifício que está construído, ficando um espaço diminuto entre a fila de táxis e a construção proposta. A câmara deveria acautelar este espaço público, a avenida só teria a ganhar com espaço liberto onde não houvesse construção. Aliás, tendo em conta os desenhos enviados, que já não deverão estar actualizados, já aconteceram algumas obras que não estão contempladas. Esteticamente é errado, não se percebe qual o motivo da Câmara não tornar público aquele espaço, o que faz pensar que outros interesses poderão estar por detrás de tal proposta. O BE não concorda com a proposta e vota contra, por considerar que o interesse público não está devidamente acautelado. -----

**António Leal** – Declarou ir o seu grupo votar a favor. Acrescentou que lendo a proposta, aceita obviamente toda a argumentação técnica que consta da mesma. Sobre o referido no ponto 4.3 que aponta para a avaliação da parcela e sua alienação, são procedimentos a ter em conta, mas não da competência deste órgão que se restringe ao descrito na redacção da proposta presente.-----

**Não tendo havido mais intervenções deliberou a Assembleia Municipal com trinta e seis votos a favor e um voto contra, concordar com a desafecção do uso público de uma parcela de terreno, sita na Rua do Nogueiral.**-----

**António Gomes** – Justificou o seu sentido de voto contra a proposta, pelo facto do BE considerar não estarem acautelados os interesses públicos.-----

**PONTO SEIS**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA  
ALTERAÇÕES DE TRÂNSITO EM BROGUEIRA.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em vinte e nove de Maio do ano em curso. (Anexo 6). -----

**Não tendo havido intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade e sob proposta da Câmara, aprovar alterações de trânsito em Brogueira.**-----

**PONTO SETE**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, DO PROJECTO DE  
REGULAMENTO DO CANIL/GATIL INTERMUNICIPAL DE TORRES NOVAS.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a vinte e nove de Maio do ano em curso. (Anexo 7).-----

**Não tendo havido intervenções, deliberou a Assembleia Municipal por unanimidade e sob proposta da Câmara, aprovar o Regulamento do Canil/Gatil Intermunicipal de Torres Novas.**-----

**PONTO OITO**

**INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE  
MUNICIPAL.**

Foi distribuído a todos os presentes, cópia da informação em epígrafe, fazendo a mesma parte integrante desta acta. (Anexo 8). -----

**Ramiro Silva** – Referiu que na informação consta que algumas obras iniciarão brevemente, como por exemplo – a iluminação do nó da A 23, a recuperação da ponte dos Pimenteais em Lapas, que já vem há bastante tempo, questiona se existe data previsível para o seu início. Referiu ainda que há pouco tempo quiseram aceder à Ponte dos Pimenteais e não foi permitido. Também como na última reunião ordinária desta Assembleia, o Sr. Presidente informou que, devido à entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, haveria algumas alterações na informação financeira, nomeadamente na relação da dívida que viria com alguns cortes, questiona se isso já aconteceu com a presente, por isso mesmo, com os novos critérios.-----

**António Canais** – Também acerca da informação, mais uma vez faz um apelo para que haja mais rigor na elaboração da mesma, referindo que continuam a vir obras repetidas, outras já concluídas em Abril aparecem novamente.-----

**António Leal** – Iniciou a sua intervenção, referindo constar da informação em análise, a construção de três courts de ténis que considera positivo e deseja que sejam construídos rapidamente, e como de política se trata, gostaria de ditar para a acta e de certa maneira informar os presentes do seguinte: “utilizando a medicina para o que vamos abordar, qualquer doença só é tratada quando é prédiagnosticada, no entanto, após o diagnóstico da mesma, o doente deve estar preparado para o tratamento que venha a ser realizado, deve identificar-se os problemas e ser o doente a arranjar força e ânimo que o motive na doença que lhe foi diagnosticada. Usando desta augúria, queremos dizer que o município de Torres Novas, continua a padecer da mesma doença, ou seja tem um conjunto de actividades e de organismos que são sorvedores de dinheiro que poderemos destacar nomeadamente: o que se gasta na Empresa Municipal Teatro Virgínia, no conjunto de instalações polidesportivas e outras. Será que devemos ou não questionar o número excessivo de funcionários destas estruturas que falamos? Será que não devemos questionar o dinheiro que se gasta com a manutenção dos relvados, dos jardins, ou até do estádio municipal Dr. Alves Vieira? É uma questão que deixamos no ar. Será que a actividade desenvolvida pelos diversos organismos que compõem a actividade municipal estará a ser

devidamente aproveitada? Há cerca de um ano, foi solicitado ao município que realizasse uma auditoria que envolvesse determinadas normas e procedimentos inerentes a toda uma estrutura de gastos funcionais do respectivo município. Nessa data, bem como ainda hoje, é nossa pretensão saber o que na gestão municipal em termos funcionais estava ou não a ser devidamente aproveitado. Esta nossa preocupação tinha presente na altura, bem como agora, os gastos excessivos que se verificam em alguns departamentos ou em alguns organismos e os proveitos que embora nem sempre mensuráveis, que daí possam advir. Na análise das contas (porque de contas não entendemos nós) como já foi aqui referido várias vezes e para várias bancadas, como aliás já ouvimos várias vezes nesta Assembleia, verificamos que o endividamento da Câmara Municipal continua constante e a sua capacidade de endividamento continua nula. No entanto, fomos informados há uns meses que a Câmara estaria de melhor situação financeira. Todavia, da apreciação que realizámos, relevamos que de um ano para o outro, ou seja de 2005 para 2006, tenha havido um acréscimo em termos de fundo de maneio, valor esse que na altura era negativo, se na altura o valor era negativo e pela comunicação social foi referida a intenção do município na contratação dum empréstimo de curto prazo de 1 milhão e 200 mil euros, intenção essa que soubemos ter sido suspensa, a questão que colocamos é de que: porque é que o dito empréstimo efectivamente não foi contraído, será porque a capacidade de endividamento continua a estar esgotada, ou será que o mesmo se destinava a liquidar um conjunto de facturas ou outras despesas que por diversos motivos não teriam cabimento orçamental? A nossa pretensão na resposta a estas questões prende-se com a análise sumária que fizemos ao respectivo relatório de actividades aqui apresentado. E é uma preocupação. Em termos de política admita-nos a mesa e os companheiros, uma brincadeira, para podermos afirmar: congratulamo-nos com a evolução das receitas, no mapa como verificarão não são tão positivas como isso, estão muito próximas do previsto, bem como estamos de certa forma atentos com o desenrolar de todo o desenvolvimento da rubrica “despesas”, porque pensamos que durante este exercício económico, o orçamento apresentado por esta edilidade, estará infelizmente, mais uma vez muito próximo do previsto. Em dez anos consecutivos estamos expectantes a aguardar que os valores orçamentados, quer de receitas quer de despesas fiquem aquém dos 50% que inicialmente foram registados. Cabe-nos

entretanto recordar que existem neste concelho mais terrenos para vender e que com efeito se poderá em função da verba obtida ter a comparticipação duma importância monetária que dê de forma consistente a capacidade para se liquidar todo um conjunto de despesas que embora estando devidamente orçamentadas pela sua antiguidade, pelo seu cariz, pela sua forma ou até porque quem forneceu os produtos ou serviços estaria dependente desse dinheiro, já há algum tempo deveriam ter sido liquidadas. O nosso interesse de munícipes pela natureza e pelo ambiente continua a ser relevante. Não gostamos todavia de pisar a relva ou utilizar outro tipo de instalações, sabendo que as mesmas foram inauguradas com pompa e circunstância, mas que ainda não foram pagas. Ficamos hoje por aqui, nesta breve apreciação, na certeza que na apresentação do próximo relatório haverá certamente mais razões para nos pronunciarmos”.-----

**O Sr. Vice Presidente**– Respondeu a algumas questões, nomeadamente que as obras referidas pelo membro Ramiro Silva, começarão no próximo mês de Julho. Sobre as questões colocadas de poder haver verbas para cabimentar, isso não existe, não há facturas escondidas, mas oferece-se para esclarecer todas essas dúvidas até eventualmente fora da Assembleia, informando que embora longe de atingir o desejado, os resultados correntes têm servido para complementar a parte do capital. -----

**Mais deliberou esta Assembleia, aprovar em minuta, os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos.**-----

Dada a palavra ao Excelentíssimo público, ninguém dela usou, tendo de seguida, sido encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas, do dia vinte e cinco de Junho, de dois mil e sete, da qual se lavrou esta acta, que lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e Secretários. -----